



IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO DE RESENDE: FORTALECIMENTO DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

MARIA CECÍLIA ZIKAN¹, LEONARDO PEREIRA TAVARES² E CATHERINE NEVES ROCHA E SILVA³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implantação da Vigilância Socioassistencial no município de Resende. Esse processo iniciou-se a partir da criação participativa de um sistema de indicadores quantitativos e qualitativos territorializados sobre a população socialmente vulnerável, para orientar a atuação da política de assistência social e fortalecer o vínculo da equipe com a produção de informações e com o público-alvo. Antes da construção participativa de indicadores da vigilância, havia a coleta de dados dos equipamentos, mas o preenchimento dos dados, diante de relatos de funcionários, não era fidedigno. Os profissionais não tinham o conhecimento de sua importância, objetivos e resultados através de diagnósticos. Sendo assim, suas informações tornavam-se insuficientes. A implantação da Vigilância Socioassistencial no Município de Resende de forma participativa proporcionou o fortalecimento da equipe profissional, a realização do levantamento minucioso e fidedigno de informações e, por sua vez, potencializou a atuação da Assistência Social, adequando as necessidades e a oferta de serviços para populações vulneráveis em seus territórios.

Palavras-chave: Vigilância socioassistencial. Implantação. Assistência Social. Diagnóstico socioterritorial.

Implementation of socio assistance surveillance in Resende municipality> strengthening of socioterritorial diagnostic

Abstract: This article aims to analyse the process of implementing Social Assistance Surveillance in Resende Municipality. This process started from the participatory creation of a system of territorialized quantitative and qualitative indicators, about the socially vulnerable population, to guide the performance of the social assistance policy and strengthen the team's bond with the production of information and the public – target. Before the participatory construction of surveillance indicators, there was the collection of data from the equipment, but filling in the data, in front of employee reports, was not reliable. Professionals had no knowledge of their

importance, objectives and results through diagnostics. Thus, their information became insufficient. The implementation of Social Assistance Surveillance in Resende Municipality in a participatory manner provided the strengthening of the professional team, the execution of a detailed and reliable survey of information and, in turn, enhanced the performance of Social Assistance, adapting the needs and the offer of services for vulnerable populations in their territories.

Keywords: Social Assistance Surveillance. Implementation. Social Assistance. Socioterritorial Diagnostic.

¹ Diretora da Vigilância Socioassistencial do Município de Resende. Psicóloga graduada na Universidade Salesiana de São Paulo; Especialista em Gestão Pública Municipal – UFF. E-mail: mceciliazikan@hotmail.com

² Técnico da Vigilância Socioassistencial do Município de Resende. Assistente Social graduado na UniFoa; Graduação em Processamento de Dados - UniFoa; Graduação em rede de Computadores - UniFoa; Especialização em Docência para Ensino Superior – UniFoa. E-mail: leonardopereiratavares@hotmail.com

³ Técnica da Vigilância Socioassistencial do Município de Resende. Mestre em Políticas Sociais – Universidade Estadual do Norte Fluminense. Socióloga graduada na Universidade Estadual do Norte Fluminense. E-mail: csneves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O amadurecimento da capacidade de gestão da Assistência Social, como política pública setorial que compete garantir ou mediar o acesso aos direitos sociais específicos, vai ao encontro da implantação da Vigilância Socioassistencial. Nesse contexto, a produção, análise e utilização de informações ganham relevância, porque qualificam a intervenção dos agentes públicos de forma a alcançar resultados de acordo com as expectativas da população.

Com base nas referências da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS), compreende-se que a Vigilância Socioassistencial é caracterizada pela produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e se organiza a partir de dois eixos que se articulam para produzir a visão de totalidade (BRASIL, 2012). São eles:

I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;

II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial no âmbito da gestão deve:

- elaborar e atualizar periodicamente o diagnóstico socioterritorial;
- contribuir com as áreas de gestão e de proteção social básica e especial, na elaboração de planos e diagnósticos;
 - colaborar com a gestão no planejamento das atividades pertinentes ao cadastramento e atualização cadastral do CadÚnico;
 - utilizar a base de dados do CadÚnico como ferramenta para construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios, para traçar o perfil de populações vulneráveis e para estimar a demanda potencial dos serviços;
 - responsabilizar-se pelo preenchimento mensal do Sistema de Registro dos Atendimentos do SUAS (Resolução CIT nº 04/2011);
 - coordenar o processo de realização anual do Censo SUAS;
 - disponibilizar informações sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados para a gestão, os serviços e o Controle Social, contribuindo com a função de fiscalização e controle desta instância de participação social;
 - fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e aos Centros de Referência

Especializado de Assistência Social (CREAS), informações e indicadores territorializados;

- utilizar os cadastros, bases de dados e sistemas de informações e dos programas de transferência de renda e dos benefícios assistenciais como instrumentos permanentes de identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações, planejar, orientar e coordenar ações de busca ativa a serem executadas pelas equipes dos CRAS e CREAS;
- fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades;
- organizar, normatizar e gerir, no âmbito da Política de Assistência Social, o sistema de notificações para eventos de violação de direitos, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação e funcionamento;
- coordenar e acompanhar a alimentação dos sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados,
- realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial no CadSUAS;
- responsabilizar-se pela gestão e alimentação de outros sistemas de informação que provêm dados sobre a rede socioassistencial e sobre os atendimentos por ela realizados;
- analisar periodicamente os dados dos sistemas de informação anteriormente referidos, estabelecer, com base nas normativas existentes e no diálogo com as demais áreas técnicas, padrões de referência para avaliação da qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial e monitorá-los por meio de indicadores;
- coordenar em nível municipal, de forma articulada com as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial da Secretaria, as atividades de monitoramento da rede socioassistencial pública e privada, de forma a avaliar periodicamente a observância dos padrões de referência relativos à qualidade dos serviços ofertados;
- estabelecer articulações intersetoriais de forma a ampliar o conhecimento sobre os riscos e vulnerabilidades que afetam as famílias e indivíduos num dado território, colaborando para o aprimoramento das intervenções realizadas.

Assim, a Vigilância Socioassistencial tem o compromisso horizontal de responder às demandas dos órgãos gestores onde estão instituídos, e o compromisso vertical, de responder a demandas dos serviços (MIRANDA et al., s.d., p. 39).

O MUNICÍPIO DE RESENDE

Em 2010, Resende tinha uma população de 119.769 habitantes, correspondente a 14% do contingente da Região do Médio Paraíba, com uma proporção de 94,7 homens para cada 100 mulheres (TCE-RJ, 2018). O território encontra-se distribuído em uma área total de 1.095,3 km², correspondentes a 17,7% da Região do Médio Paraíba, que também abrange os municípios de Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

A taxa de urbanização correspondia a 93% da população. Em comparação com a década anterior, a população do município aumentou 14,6%, o 34º maior crescimento no estado.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Resende passou de 0,660 em 2000 para 0,768 em 2010 - uma taxa de crescimento de 16,36%, que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 68,24% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,180), seguida por Longevidade e por Renda.

Em 2010, 84,61% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 78,14% e, em 1991, 70,46%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 16,70% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 10,40% e, em 1991, 5,71%.

A longevidade da população vem aumentando nos últimos anos, passando de 68,3 anos no ano de 1991 para 75,3 anos em 2010. A taxa de envelhecimento passou de 4,43 (1991) e 5,52 (2000) para 7,21 em 2010 de acordo com pesquisas realizadas pelo PNUD, Ipea e FJP⁴.

Esses dados demonstram por um lado a potencialidade do município para buscar planejamentos e ações para corrigir distorções sociais. Por outro lado, destaca-se o desafio de propor políticas de ação social para um município no que diz respeito à longevidade e às necessidades da população idosa e vulnerável.

No que se refere ao trabalho e à renda, dados do IBGE (2010) informam que o salário médio mensal dos munícipes era de 3,1 salários mínimos. Segundo informações do Atlas Brasil, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 68,36% em 2000 para 69,29% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,05% em 2000 para 7,83% em 2010.

Por outro lado, deve-se destacar o indicador de concentração de Renda – índice de Gini (Tabela 1) que passou de 0,57, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,52, em 2010. Isso demonstra uma queda no grau de concentração de renda. No entanto, o IBGE apresenta Resende como 13º colocado em maior concentração de renda do Estado. Então, cabe a Assistência Social atuar no sentido de atender à faixa da população vulnerável diante dessa concentração de renda ainda notável.

Tabela 1– Índice de Gini/ municípios do ERJ

Índice de Gini – RESENDE no Estado do RJ		
1º	Paraty	0,55
2º	Campos dos Goytacazes	0,49
3º	Miracema	0,48
3º	Rio de Janeiro	0,48
3º	Santa Maria Madalena	0,48
...		
15º	Natividade	0,45
15º	Rio de Flores	0,45
15º	RESENDE	0,45
15º	Saquarema	0,45

Fonte: IBGE, 2000.

ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE E METODOLOGIA

A Vigilância Socioassistencial no município de Resende, subordinada à Diretoria de Planejamento estratégico do SUAS, era operacionalizada apenas por um funcionário concursado que realizava a coleta de dados dos equipamentos e alimentava o sistema do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Registro Mensal de Atendimentos (RMA) dos CRAS, CREAS e Centro Pop e Abordagem Social e também o preenchimento do Censo SUAS anualmente. No início de 2017, a gestão do município avaliou a importância de um funcionamento mais amplo da Vigilância Socioassistencial, criando uma Diretoria de Vigilância Socioassistencial com mais um profissional da área concursado, a fim de monitorar e avaliar as ações e intervenções desenvolvidas, identificando os locais e segmentos da população que necessitam de ação prioritária de programas sociais e políticas governamentais. Atualmente a equipe é composta por psicóloga (diretora), assistente social e socióloga.

Anteriormente foi observado que os dados coletados se perdiam no momento em que seus diagnósticos não eram realizados, tornando a vigilância socioassistencial um setor de armazenamento de números e dados estatísticos. Tornou-se evidente a necessidade de um

alinhamento conceitual sobre o funcionamento da vigilância e a criação de apenas um instrumental contemplando o máximo de informações possíveis.

Os instrumentais de estatística não contemplavam a realidade dos equipamentos, contendo poucos indicadores além dos obrigatórios pelo MDSA. O seu preenchimento, diante de relatos de funcionários, não era fidedigno. Os profissionais não tinham o conhecimento de sua importância, objetivos e resultados através de diagnósticos, sendo assim, suas informações não eram precisas, confiáveis. Além disso, os instrumentais não contemplavam a Alta Complexidade, apenas a Básica e a Média Complexidade.

Com a necessidade de um maior acesso às informações dos equipamentos e a organização de ações de planejamento, o eixo sobre os *padrões dos serviços* se evidenciou, tornando necessária a criação de somente um instrumental de estatística, através de um fomento coletivo de indicadores, contemplando o máximo de sua realidade mensal. Todos os indicadores foram elaborados com o pensamento da territorialidade, foco central da vigilância socioassistencial. As Estatísticas de média e alta complexidade foram todas territorializadas por áreas de abrangências dos CRAS, divididas em seis territórios, incluindo área urbana e rural.

Esse levantamento coletivo de indicadores com a lógica da territorialização possibilitou também a abrangência de informações relacionadas ao outro eixo, direcionando o olhar para a vigilância de *riscos e vulnerabilidades*, contribuindo para uma análise mais detalhada das fragilidades das políticas públicas locais; suas necessidades levantadas através dos encaminhamentos; os territórios com maior índice de violação de direitos, dentre outros, conhecendo com profundidade a realidade, especialmente as necessidades e as demandas sociais.

Nesse sentido, Ribeiro (2017) aponta a necessidade de se pensar a Vigilância como um espaço de construção coletiva do saber, de diálogo e troca de conhecimentos com os sujeitos envolvidos na política de Assistência Social em busca de um processo de trabalho coerente.

Então, analisar os instrumentais já existentes e pensar na formulação de um novo capaz de contemplar o máximo de indicadores foi o primeiro grande passo dado pela vigilância no município de Resende. Esse processo de fomento de indicadores se deu através de reuniões sistemáticas, com os gestores e técnicos da política, com trocas de informações sobre a realidade de trabalho, discussões sobre a oferta diante das demandas vivenciadas em cada território. Foram criados centenas de indicadores organizados estruturalmente em um único instrumental, com acordos definidos de prazos de entrega e constantes reuniões de monitoramento. Várias sugestões foram sendo levantadas, entendendo todo um processo constante de aprimoramento. Em todas as reuniões se explicava sobre a importância da vigilância, objetivos e resultados esperados. Com todo esse fomento sobre a realidade, pautas foram geradas e possíveis ações tomadas, em prol de suas melhorias.

Os verbos analisar, elaborar, atualizar, contribuir, coordenar e estabelecer estão em grande parte dos textos de competências da vigilância socioassistencial, conforme a NOB SUAS (BRASIL, 2012). Não é uma tarefa muito fácil executá-los diante das dificuldades existentes em todos os equipamentos dessa política. Sua rotina imediatista e de poucas ofertas, desestruturaram completamente um planejamento sistemático de suas ações. A circulação de informações, através dos profissionais dessa política se fez muito necessária, com isso seu compromisso visando à ação teve que ser diferenciado, sempre buscando a lógica da união para uma maior credibilidade. Alguns desses “verbos” foram executados coletivamente com foco na territorialidade, através dos seguintes passos:

- Reuniões com os gestores da proteção básica fomentando e definindo indicadores;
- Elaboração do Instrumental de estatística, contemplando todos os indicadores definidos, estruturalmente organizados em tópicos;
- Reuniões com o Programa Bolsa Família, fomentando e definindo indicadores territorializados;
- Elaboração de um instrumental estatístico do Programa Bolsa Família;

- Reuniões *in loco* com cada equipamento da proteção especial para elaboração de seu instrumental estatístico. O CREAS, tendo seu processo de trabalho dividido por três demandas internas, seu fomento de indicadores se deu separadamente com cada equipe, obtendo um maior aprofundamento dos indicadores e gerando 4 (quatro) instrumentais. O Centro Pop fomentou indicadores contemplando também o serviço de Abordagem Social e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) partiu da lógica dos indicadores já contemplados em seus instrumentos metodológicos e se enriqueceu através do fomento de novos indicadores;

- Elaboração dos Instrumentais de Estatística da Média complexidade, totalizando 4 (quatro) instrumentais: um do CREAS, um do Centro Pop, um do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e um do PETI. Todos estruturalmente organizados em tópicos e territorializados por áreas de abrangência dos CRAS;

- Reuniões *in loco* com cada equipamento da proteção especial de Alta Complexidade, fazendo uma escuta qualificada de seus fluxos e suas dificuldades, possibilitando até o fomento de indicadores de outros equipamentos. As estatísticas de alta complexidade contemplaram um grande número de indicadores, principalmente relacionados aos encaminhamentos e perfil dos acolhidos.

- Elaboração de quatro instrumentais estatísticos, sendo um para o Acolhimento Institucional, um para o Nossa Casa (que acolhe crianças), um para o Acolhimento Institucional de adolescentes e dois instrumentais estatísticos para o programa de acolhimento familiar em Família Acolhedora, sendo um instrumental com foco no diagnóstico dos acolhimentos anteriores;

- Reuniões constantes de monitoramento com os equipamentos de básica, média e alta complexidade, com explicações e interpretações do instrumental elaborado, gerando sugestões e alterações pertinentes, inclusão de novos indicadores importantes, evidenciando a necessidade de estabelecimento de pactuações e fluxos com as demais políticas de garantia de direitos.

- Tabulação de alguns indicadores preenchidos nas estatísticas, gerando os primeiros resultados numéricos de cada equipamento;

- Elaboração de gráficos que demonstram de forma objetiva e comparativa, a realidade de cada equipamento;

- Elaboração de diagnósticos territorializados dos resultados obtidos nos gráficos; um processo em andamento e já com resultados significativos. Os diagnósticos são compartilhados através de reuniões de devolutiva nos respectivos equipamentos, fazendo uma análise mais aprofundada e justificada de suas realidades de trabalho. Posteriormente explanada para todos os gestores da política com o objetivo de consolidar seus diagnósticos e gerar pautas importantes de ações estratégicas, sempre respeitando o olhar da territorialidade sobre os riscos e vulnerabilidade.

- Produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias e indivíduos nos diferentes ciclos da vida.

Todo esse processo de monitoramento acontece em reuniões bimestrais pactuadas por todos os gestores, e com datas estabelecidas até o final do ano. Se necessário, podem ocorrer reuniões *in loco* ou extraordinárias. Essas reuniões fazem parte do processo de monitoramento sistemático com devolutivas constantes dos resultados obtidos, gerando o fomento de prioridades, definição de ações estratégicas de aperfeiçoamento e busca ativa, e principalmente o alinhamento conceitual entre todos os gestores e técnicos da política, monitorando os dados com análises e planejamentos sistematizados, objetivando detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos.

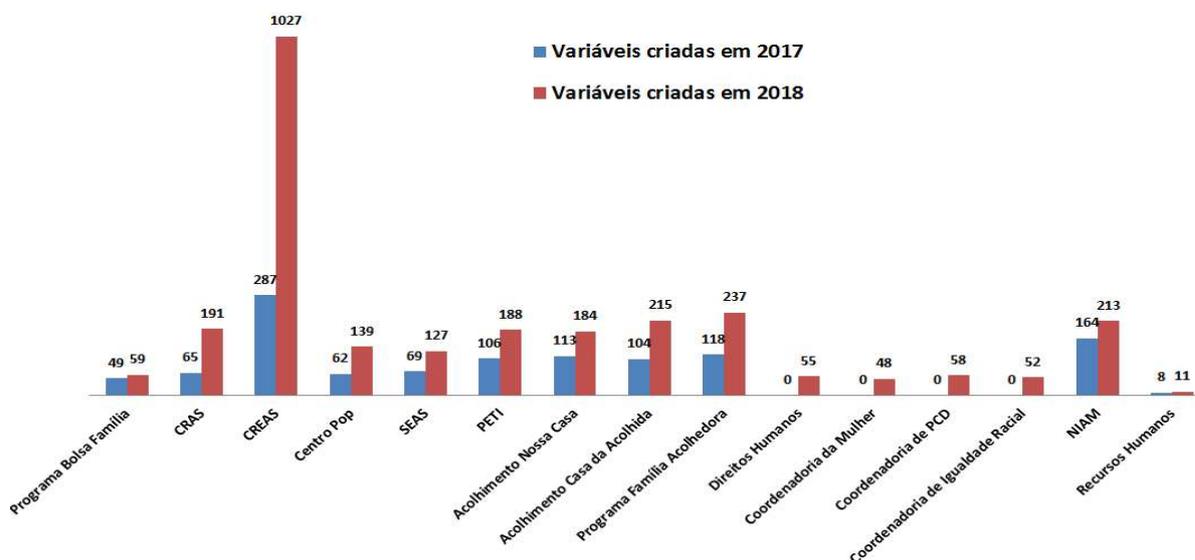
Deve-se ressaltar que foi formalizado um termo de cooperação técnica com a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) para implantação de georreferenciamento das informações da Vigilância Socioassistencial.

AVANÇOS NO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Desde a implantação foram realizadas 47 reuniões no período de fevereiro a dezembro de 2017 com todos os gestores e grande parte dos profissionais da política. Esse processo resultou na elaboração de 15 instrumentais estatísticos através do fomento coletivo de indicadores, proporcionando a reflexão e definição de 981 indicadores.

O Gráfico 1 demonstra a complexidade dos equipamentos de forma comparativa. Em 2017 foram criadas 1145 novas variáveis. Ao passo que em 2018, como resultado do trabalho de reuniões nos equipamentos com sugestões de toda a equipe foram formulados um total de 2804 variáveis, levantadas mensalmente nos equipamentos. O equipamento CREAS por se tratar de violação de direitos, analisado numa perspectiva territorial, apresentou destaque no volume de variáveis com a criação de perfis para cada demanda: Medida Protetiva, Idoso, PCD (Pessoa com Deficiência) e MSE (Medida Socioeducativa). No ano de 2017 a diretoria de Direitos Humanos e suas três coordenadorias encontravam-se em processo de reestruturação, por isso não havia instrumentais de estatística, sendo criados a partir de 2018.

**Gráfico 1 - Comparativo de Variáveis 2017 e 2018
Vigilância Socioassistencial**



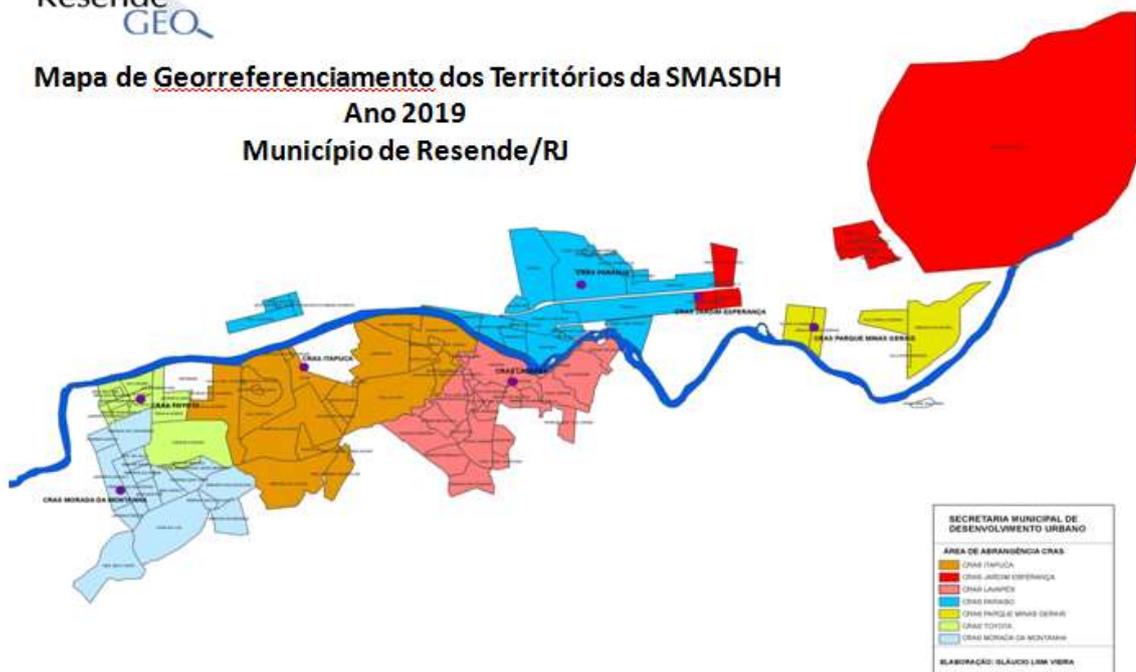
Fonte: Vigilância Socioassistencial
Resende – 2019.



Analisando a relevância do pensar em políticas sociais a partir dos territórios, ressaltamos que não se trata apenas de uma gestão descentralizada das políticas, mas sim de considerar o território levando em conta a cultura e a geografia da própria população. Segundo Koga (2002), “considerar a expressão territorial das desigualdades sociais vinculada a uma perspectiva de políticas redistributivas pode representar uma alternativa à análise tradicional que busca localizar bolsões de pobreza como fundamento para focalização de políticas de combate à pobreza”. Dessa forma deve-se enfatizar que a análise territorializada se estende para todos os instrumentais dos equipamentos da Assistência Social e Direitos Humanos.

Nessa perspectiva, a sistematização da coleta de dados contribuiu para o fortalecimento da Política de Assistência Social, promovendo melhorias da gestão. Um dos resultados alcançados foi a análise da distribuição dos territórios de atuação dos CRAS e a elaboração de uma nova territorialização (Mapa 1).

**Mapa de Georreferenciamento dos Territórios da SMASDH
Ano 2019
Município de Resende/RJ**

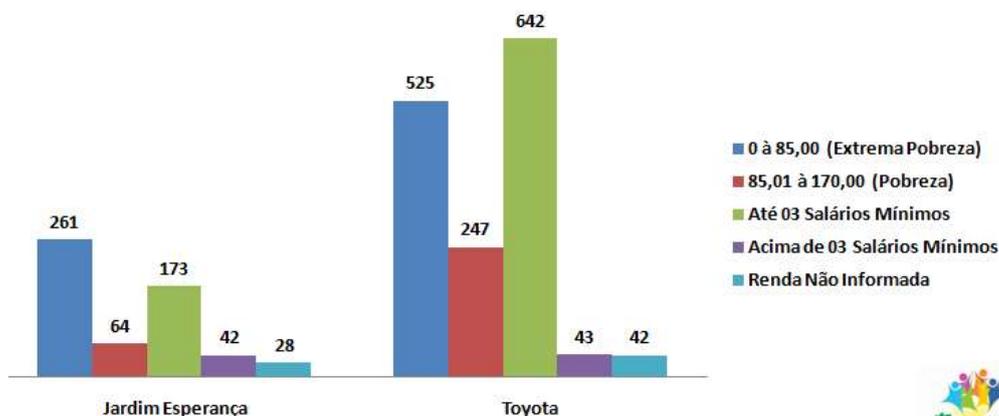


Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/Resende, 2019

Anteriormente o Município era dividido em 6 territórios de atuação da SMASDH, sendo um Itinerante. O diagnóstico da Vigilância observou o crescimento da demanda de serviços e programas sociais de 2017 para 2018 mediante total de atendimentos, de CadÚnicos e de prontuários realizados, em particular em dois territórios: Toyota e Jardim Esperança. Após análise desses dados, a Vigilância elaborou proposta de nova territorialização com a criação de dois novos CRAS: Parque Minas Gerais e Morada da Montanha. O território do Itinerante não se encontra georreferenciado porque faz atendimentos socioassistenciais em territórios de zona rural no Município.

Ademais, no Gráfico 2 é possível observar que o perfil de renda pobreza e extrema pobreza corresponde a um número elevado de famílias acompanhadas nesses dois territórios, sendo que o município apresenta um total de 2019 famílias nesse recorte de renda familiar no ano de 2018.

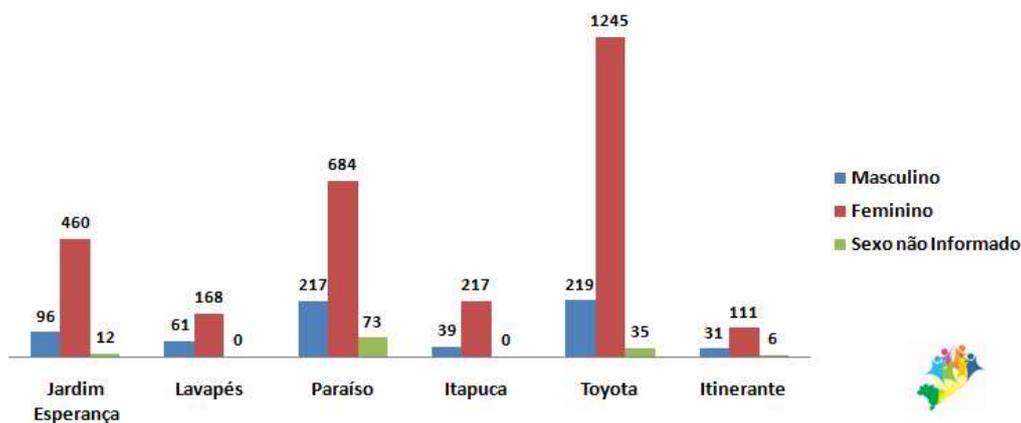
**Gráfico 2 - Perfil de Renda Familiar dos Territórios Jardim Esperança e Toyota
Ano 2018 - Fevereiro à Dezembro**



Fonte: Vigilância Socioassistencial/Resende 2019.

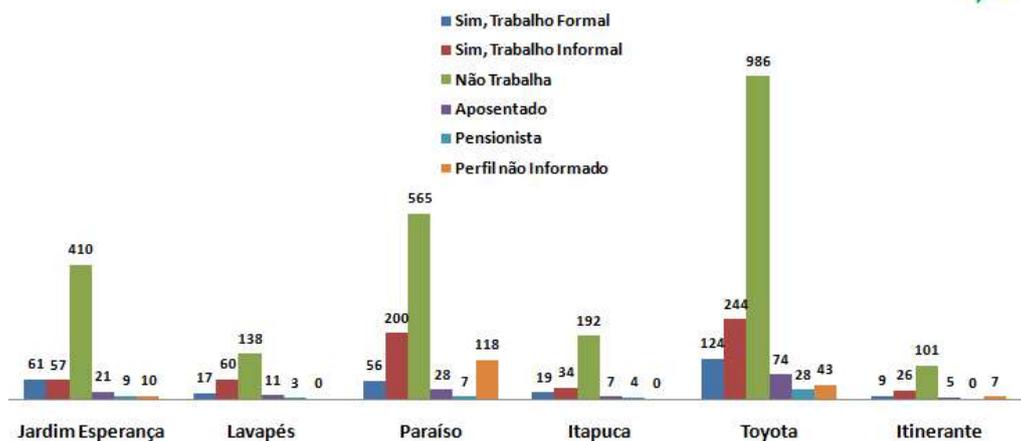
A Vigilância elaborou a tabulação do perfil da população socialmente vulnerável de forma a aprofundar o conhecimento sobre esse público, efetuar formas eficazes de busca ativa para aperfeiçoar a oferta e a qualidades dos serviços socioassistenciais. Os gráficos apresentam perfil de faixa etária, sexo, grau de escolaridade e situação no mercado de trabalho de cada responsável familiar atendido em cada território de atuação dos equipamentos da Assistência Social. Então, observamos nos Gráficos 3 e 4 um desafio para o município atender e criar possibilidades de autonomia mediante um perfil geral de mulheres solteiras, desempregadas, com pouca escolaridade e provedoras do lar.

**Gráfico 3 - Consolidado dos 06 CRAS - Perfil de Sexo
Ano 2018 - Fevereiro à Dezembro**



Fonte: Vigilância Socioassistencial/Resende 2019.

**Gráfico 4 - Consolidado dos 06 CRAS - Perfil se Trabalha ou Não, Aposentado e Pensionista
Ano 2018 - Fevereiro à Dezembro**



Fonte: Vigilância Socioassistencial/Resende 2019.

Os resultados gerados pelas estatísticas da proteção básica possibilitaram uma investigação melhor da gestão dos equipamentos, seus territórios e também seus procedimentos técnicos, com informações comparativas entre eles. Além dos gráficos comparativos, foram elaborados gráficos específicos de cada equipamento para interpretações aprofundadas de cada um, verificando se as ofertas de garantia de direitos sociais básicos estão realmente relacionadas com a demanda de cada território, confirmando assim, a necessidade de um estudo sobre os riscos, vulnerabilidades e potencialidades de cada localidade.

A elaboração de instrumental para o serviço de Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade foi desafiadora e satisfatória. Seu instrumental territorializado por área de abrangência dos CRAS proporcionou um olhar realista da violação de direitos em cada localidade. A proteção social especial, ao fazer o acompanhamento do indivíduo e suas famílias, tem proporcionado um levantamento mais aprofundado do perfil desses usuários da política. Foram criadas 2117 variáveis distribuídas entre os equipamentos, comprovando sua complexidade. É possível desde então identificar maior e menor incidência de violação de direitos por territórios, salientando em cada um suas complexidades e demandas.

Aliado a isso, foi observado a necessidade de se instituir os relatórios qualitativos mensais e reuniões com os atores da política, explicando as informações prestadas em números e resultando em ações de planejamento e melhorias na oferta à população em seus territórios. Os resultados acima apresentados são somente o início do que esse instrumental elaborado coletivamente pode oferecer. Sua análise implicará não só ações da política de assistência social, mas também na exploração das fragilidades das demais políticas em seus territórios.

Ressalta-se que a inovação da gestão democrática desse processo proporcionou o desenvolvimento do vínculo dos profissionais dos CRAS e CREAS agregando valor e fidedignidade dos dados coletados.

Da mesma forma a construção coletiva *in loco* possibilitou o aprofundamento das informações sobre os usuários e suas demandas através coleta sistemática e qualitativa de dados numa escala temporal.

Além disso, foi possível constatar, a partir de questionário aplicado nos técnicos dos equipamentos em reunião da Vigilância Socioassistencial, um resultado satisfatório no envolvimento da equipe técnica com o processo de levantamento de dados da Vigilância. A equipe sente-se responsável pela produção dos dados, pois participaram do processo de construção de dados e acompanham a devolutiva dos diagnósticos.

Todo esse resultado vai ao encontro do pensamento de Fritzen (2017) que observou que um dos desafios do processo de implantação da Vigilância Socioassistencial é a construção de estratégias de aproximação e diálogo entre os serviços e a equipe da Vigilância, pois pareciam ser campos de atuação no SUAS em esferas completamente diversas. O processo de reflexão e entendimento coletivo sobre o sistema de informação implantado no município demonstrou a superação desse desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção coletiva do conhecimento dos territórios de gestão da Política de Assistência Social foi característica marcante do processo de implantação da Vigilância Socioassistencial no município de Resende. Dessa forma constata-se que o trabalho não se realiza somente a partir de indicadores e estatísticas gerais, mas expressa a realidade de cada território. Configurou-se o entendimento de uma vigilância longe de ser uma equipe técnica apartada.

Enfim consideramos que até o momento a Vigilância alcançou os seguintes objetivos:

- Promover a criação participativa de um sistema de indicadores quantitativos e qualitativos territorializados sobre a população socialmente vulnerável para orientar a atuação da política de assistência social no Município de Resende.
- Fortalecer o vínculo entre os profissionais que atuam nos equipamentos de políticas sociais tanto com a produção de dados para a Vigilância quanto com o público-alvo das políticas com o qual atua de forma a aperfeiçoar o atendimento a essas demandas.
- Proporcionar o planejamento e a execução de ações estratégicas, como as de ações de busca ativa, que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea.

No entanto há desafios a serem superados, tais como a implantação de um sistema de informatizado que possibilite agilizar o processo de fomento e tratamento das informações coletadas nos diversos equipamentos. Além disso, a equipe já está sendo capacitada para utilizar o projeto Quantum GIZ – QGIZ – uma ferramenta computacional que permite realizar análises complexas ao integrar dados de diversas fontes dando origem a um banco de dados georreferenciados.

Alia-se a isso a realização de capacitações com a equipe da Vigilância e com os técnicos dos equipamentos. Nessa perspectiva, os funcionários têm recebido incentivos ao estudo e à reflexão sobre a realidade social de todas as proteções através da produção de artigos científicos e exposição de trabalhos na I Mostra Intermunicipal da Vigilância Socioassistencial.

Considerando-se que os próprios usuários da Assistência Social são informantes privilegiados para o estudo de riscos e vulnerabilidades sociais, consideramos como meta o aprofundamento da investigação *in loco* e do processo de busca ativa.

Concluimos que o Município de Resende tem se destacado em relação a maioria dos municípios brasileiros ao concretizar a implantação de Vigilância Socioassistencial e demonstra caminhar de forma sólida e democrática para avançar no desvelar da realidade das famílias e territórios como intuito de garantir a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/resende_rj>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Comissão Intergestores Tripartite. RESOLUÇÃO Nº 4, de 24 de maio 2011. Institui parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua – Centro Pop. *DOU*, Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) 2012. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *CapacitaSUAS*, Caderno 3 (2013). *Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social*. Brasília: MDS, 2013. p. 11.
- FRITZEN, Juliana Pires. *A Vigilância socioassistencial na política de assistência social: uma análise sobre seus processos e “produtos” a partir da realidade de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - 2010. Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. _____ . Censo Demográfico 2010.
- KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. *Serviço Social e Sociedade*, n. 72, nov. 2002. Apud RAMOS, Frederico Roman. Cartografias Sociais como instrumento de Gestão Social. *RAP*, Rio de Janeiro, p. 660, maio-jun. 2005.
- MIRANDA, Cinthia Barros dos Santos et al. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília: MDS/SNAS/SUAS, s. d. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- RIBEIRO, Kassia Siqueira. A vigilância Socioassistencial e o Fortalecimento do caráter Público na Política de Assistência Social. *NAU Social*, Salvador, v. 7, n. 13, p. 150, out. 2016/abr. 2017.
- TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos socioeconômicos: municípios do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: TCE, 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação João Pinheiro (FJP).